

A Paisagem Urbana e Seus Códigos Culturais: Sinais do Desenvolvimento?¹

Sandra Nunes LEITE²

Josemary Omena Passos FERRARE³

Rafaela Cristina dos Santos CARVALHO⁴

Amanda Karla Bezerra da SILVA⁵

Resumo

O artigo tem origem nas interações de pesquisa entre as áreas de Arquitetura e Comunicação Social. Vislumbrar a paisagem urbana a partir de tais perspectivas despertou o pensamento para a reflexão acerca dos “velhos” códigos culturais das paisagens urbanas e seu “apagamento” por “novos” códigos que vão reconstruindo as fachadas de exemplares arquitetônicos representativos da história das cidades. O objetivo desse trabalho é o de descrever e analisar o cenário cultural para compreensão do movimento (desenvolvimento?) que, ao mesmo tempo em que torna invisíveis as marcas da história “antiga”, realça a presença de “modernos” e coloridos signos. Busca-se perceber as interações que nessa paisagem são encenadas. O estudo é aplicado, tendo como objeto empírico a cidade de Maceió, Alagoas.

Palavras-chave: paisagem urbana; desenvolvimento; cultura.

Introdução

Alagoas pode ser descrita como uma das menores unidades da federação brasileira, ocupando uma área que corresponde a cerca de 0,30% do território nacional. Este espaço é dividido entre 102 (cento e dois) municípios distribuídos em 3 (três) mesorregiões, a saber: Zona da Mata (leste), Agreste (centro) e Sertão (oeste), nas quais vivem 3.120.494 (três milhões, cento e vinte mil, quatrocentos e noventa e quatro) pessoas. Os índices negativos no que diz respeito à mortalidade infantil, analfabetismo, violência, pobreza, saneamento básico, entre outros, não acompanham o tamanho diminuto de seu território, mas constituem números expressivos e assustadores no cenário brasileiro.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Docente do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes – ICHCA/UFAL, email: snunesleite@gmail.com.

³ Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UFAL, membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmica do Espaço Habitado/FAU/UFAL. josy.ferrare@gmail.com

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Dinâmica do Espaço Habitado/FAU/UFAL. rafaelacris7@hotmail.com

⁵ Graduanda do Curso de Relações Públicas – ICHCA/UFAL. amandakarla@hotmail.com.

O quadro aqui apresentado talvez impulse a defesa pela busca que leve ao desenvolvimento das principais localidades do Estado, em especial sua Capital, a cidade de Maceió. A emergência da necessidade de transformações sempre inspirou peças publicitárias das gestões, tanto do governo municipal quanto do governo estadual. Contudo, esses investimentos não suplantaram a memória coletiva e as tentativas populares de preservação das feições da cidade que a identificavam com sua história.

As edificações, desta forma, demonstram se constituírem não apenas de um arcabouço arquitetônico, mas fundamentalmente dos processos sociais que lhes concede uma espécie de alma que recheia as estruturas de emoções, sensações, afetos. Podem se constituir como espaços que abraçam as interações que se processam dentro deles, mas também como unidades que testemunham determinados momentos da história da cidade, compondo o cenário em que se realizam os embates, as controvérsias, os encontros e desencontros, as lutas e as conversas, enfim, as relações variadas da sociedade. E como tal, um espaço de ações comunicacionais.

O artigo, então, tem por objetivo descrever e analisar o cenário cultural de algumas paisagens da cidade de Maceió, em Alagoas, a fim de compreender como ocorreram os movimentos que poderiam definir um “desenvolvimento” local. Em nome deste, estariam as ações individuais tornando invisíveis as marcas da história “antiga”, ao tempo em que realçavam a presença de “modernos” e coloridos signos?

A criação das Unidades Especiais de Preservação (UEPs)

A ideia de criar as Unidades Especiais de Preservação se deu depois da derrubada da casa rosada, edificação construída em 1946, com muitos elementos do período neocolonial e que ocupava um amplo terreno de um dos bairros de Maceió mais cobiçados pelo setor imobiliário, o bairro de Pajuçara. A edificação foi comprada por um empresário italiano que tinha interesse em construir um edifício no local. Apesar de, no momento, estar em curso um processo de tombamento estadual e de ter ocorrido uma mobilização popular com pessoas abraçando a casa para não ser derrubada, ela foi demolida em 07 de março de 2005, uma ação degradante contra a cidade de Maceió, como cita Palmeira (2005, p.01).

Os maceioenses assistiram atônitos e perplexos, um ato degradante contra a cidade de Maceió. O belo e antigo casarão cor-de-rosa existente na praia de Pajuçara, pertencente ao antigo Produban, foi destruído na noite do dia 07 de março fluente. Isso para saciar a sede e a

ganância empresarial de uma determinada construtora, ou melhor, de um cidadão italiano radicado no Brasil.



Figura 1: Fachada com azulejo português e colunas torças características da arquitetura neocolonial.



Figura 2: Telhado em várias águas e telhado com acabamento em peito de pombo.

Com a demolição dessa edificação, que chamava a atenção da população e de turistas por sua beleza arquitetônica, percebeu-se a fragilidade do patrimônio edificado do município, que, até aquele momento, não possuía nenhum instrumento de proteção a edificações isoladas. Sem nenhuma proteção patrimonial, assim como a casa rosada, outras edificações de importância histórica e arquitetônica corriam o risco de serem destruídas.

Até 2005, o município contava apenas com a proteção de conjuntos urbanos, como os do Centro e Jaraguá que eram Zonas Especiais de Preservação (ZEP). Mas, além dos conjuntos urbanos, existem na cidade, unidades isoladas que precisam ser protegidas por serem importantes tanto pela beleza arquitetônica, que traz as modernidades de uma época, quanto por contar a história da cidade e até por estarem ligadas com a cultura imaterial do lugar.

Sabendo da necessidade de proteção dessas edificações e espaços urbanos, em 2005, com a criação do Plano Direto de Maceió (Lei Municipal 5.486/2005), foram criadas mais três Zonas Especiais de Preservação, a de Bebedouro, Pontal da Barra e Fernão Velho⁶, e, foram criadas também as Unidades Especiais de Preservação (UEP), que são definidas por essa lei como:

[...] imóveis ou espaços urbanos, públicos ou privados, de relevante interesse cultural no Município de Maceió por constituírem:

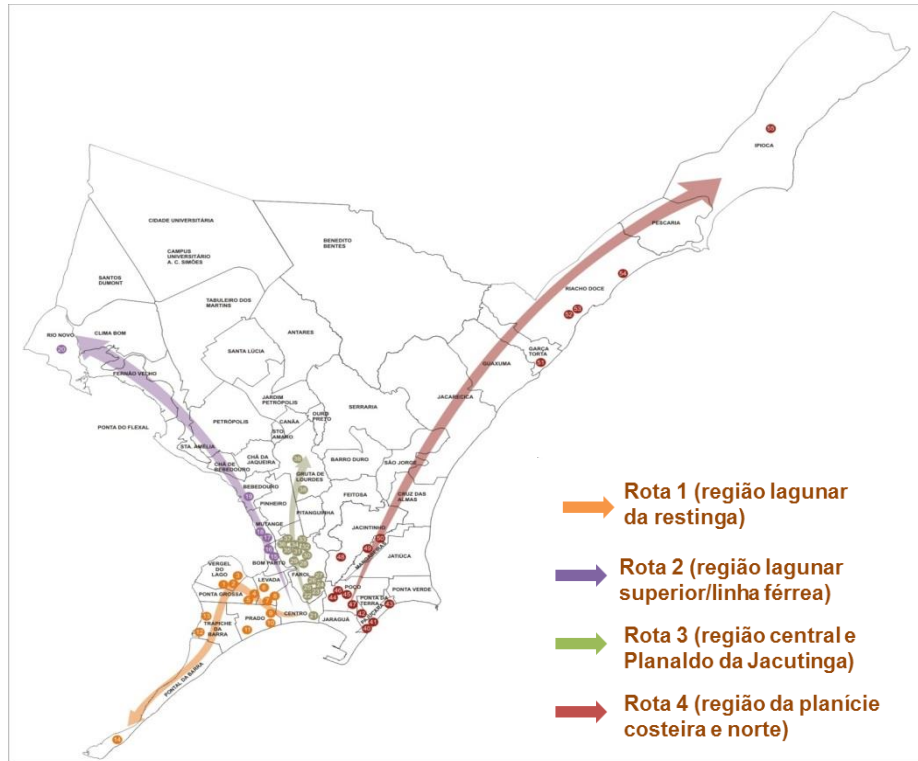
I – expressão arquitetônica ou histórica do patrimônio cultural edificado de Maceió, composta por uma ou mais de uma edificação isolada;

II – suporte físico de manifestações culturais e de tradições populares do Município, especialmente a música e a dança folclórica, a culinária e o artesanato.

⁶ Bairros antigos da cidade de Maceió.

Buscou-se como critério na escolha das unidades que se tornariam UEP, elencar edificações e espaços urbanos que narrassem a história de Maceió e que tivessem ligação com a evolução urbana da cidade. Dessa forma, foram escolhidas unidades construídas até as décadas de 1960/1970 e que estavam nas rotas históricas de crescimento da cidade: linha férrea de Bebedouro, Avenida Fernandes Lima, Rodovia AL-101 Norte e região lagunar.

Figura 3: As rotas históricas no processo de evolução urbana de Maceió.



Fonte: GUIA, 2008.

As Unidades Especiais de Preservação foram escolhidas com a participação dos proprietários e da população da cidade em audiências públicas do Plano Diretor ocorridas em 2005. E principalmente foram escolhidas por uma equipe de técnicos formada por profissionais do atual setor de patrimônio da SEMPLA, onde se destaca a participação de Adecianny Souza, e, professores da Universidade Federal de Alagoas, onde se sobressai a professora Regina Coeli. Esses profissionais fizeram um inventário catalogando as edificações mais significativas da cidade do ponto de vista histórico e arquitetônico.

Dessa forma, foram elencados como UEP 56 unidades, com exemplares de diversos estilos arquitetônicos, incluindo expressões produzidas em momentos recentes, como exemplares de concepção eclética e modernista, também dignos de serem reconhecidos como de importância histórica para a cidade. Entre as UEP encontram-se também espaços

associados às práticas imateriais, é o caso, por exemplo, do Mirante da Sereia que está associado à festa religiosa de Yemanjá; a praça Moleque Namorador, que está ligada às danças carnavalescas; e a casa de farinha de Riacho Doce, que está conectada com o ofício e modo de fazer bolo das mulheres do bairro. Todos esses espaços urbanos e edificações são registros da história, do crescimento e do progresso da capital alagoana em diferentes períodos.



Figura 4: Forno das boleiras de Riacho Doce.
 Fonte: GUIA, 2008.



Figura 5: Forno das boleiras de Riacho Doce.
 Fonte: SEMPTUR, 2014.

Depois de escolhidos os exemplares, mas antes de vigorar a lei do Plano Diretor, uma das unidades arroladas como UEP foi demolida pelo proprietário, a residência Moacir Pereira, que ficava na Avenida Antônio Gouveia, Pajuçara. A residência ficava próxima à praia, possível motivo da demolição, já que, esses terrenos são visados pelo setor imobiliário para a construção de edifícios.

Depois da implementação da Lei, outro exemplar foi parcialmente demolido, o Colégio Batista Alagoano, que funcionava há 94 anos, na Rua Aristeu de Andrade, no Farol. O colégio foi vendido para a construtora *Record* que está construindo dois edifícios residenciais no local. Graças ao instrumento de preservação das UEPs, foi conseguido que a casa principal do colégio, que ainda conserva as características arquitetônicas originais, não fosse demolida. A casa foi restaurada, recentemente sediou a “Casa cor”⁷ e atualmente funciona como restaurante.

⁷ Evento que reúne ambientes assinados por profissionais da arquitetura.



Figura 6: Colégio Batista em 2008.
 Fonte: GUIA, 2008.



Figura 7: Colégio Batista em 2015.
 Fonte: CARVALHO, 2015.



Figura 8: Demolição do Colégio Batista em 2013. Fonte: ALAGOAS 24 HORAS, 2013.



Figura 9: Alunos se despedem do Colégio Batista em passeata.
 Fonte: TNH1, 2011.

Passados 10 anos de criação das Unidades Especiais de Preservação, algumas edificações perderam a maioria das características arquitetônicas que a tornaram UEP. É o caso, por exemplo, da antiga residência Lizete Lyra, de 1952, obra da arquiteta modernista Lygia Fernandes, que foi destaque em revistas especializadas e que já foi um dos cartões postais de Maceió. A residência sofreu ampliações e modificações internas decorrente das mudanças de uso para padaria e restaurante japonês. Hoje, remanescem poucos elementos originais na fachada como a platibanda em V ou borboleta, em voga no auge do modernismo.



Figura 10: Casa Lizete Lyra, s/d.
 Fonte: GUIA, 2008.

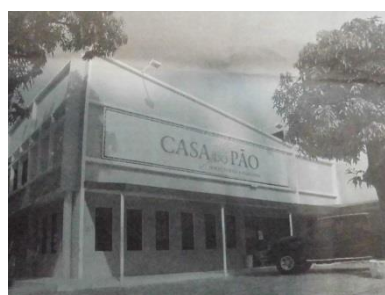


Figura 11: Casa Lizete Lyra em 2008.
 Fonte: Gazeta de Alagoas, 2008.



Figura 12: Casa Lizete Lyra em 2014.
 Fonte: CARVALHO, 2015.

Outro exemplar bastante descaracterizado é o Cine Plaza, que fica no bairro Poço. Foi um dos 20 cinemas de bairro existentes em Maceió entre os anos de 1950 e 1980. Fundado pelo alemão Hermann Voss, na década de 1940, realizava shows teatrais e introduziu a técnica de projeção com ilusão de relevo e distribuição de planos. Depois da morte de seu fundador entrou em decadência exibindo filmes pornográficos afastando o público até fechar, em 1992. Atualmente o prédio encontra-se abandonado e em degradação.



Figura 13: Cine Plaza na época dos filmes pornográficos.
 Fonte: TV educativa, 2009.



Figura 14: Cine Plaza em seu estado atual.
 Fonte: CARVALHO, 2015.

Mesmo com essas descaracterizações o setor técnico de patrimônio diz que não tem intenção de retirar da lista das UEP essas edificações, pois elas ainda podem ser resgatadas através de projeto de restauro como aconteceu com a antiga residência da família Wanderley que estava em degradação, foi restaurada e atualmente integra o Colégio Contato.



Figura 15: Residência família Wanderley em 2008.
 Fonte: GUIA, 2008.



Figura 16: Residência família Wanderley em 2015.
 Fonte: CARVALHO, 2015.

Outra UEP que será revitalizada é o Papódromo, construído no bairro Vergel do Lago, para receber o papa João Paulo II em Alagoas, em 1991. O prédio encontrava-se em abandono e estava sendo utilizado como depósito de lixo, ponto de venda e uso de drogas. Em agosto de 2015 ocorreu, no local, o show do padre Fábio de Melo com a intenção de destinar a renda para restaurar o Papódromo e abrigar o Santuário da Divina Misericórdia.



Fonte 17: O Papódromo em 2008.
 Fonte: GUIA, 2008.



Fonte 18: Show do padre Fábio de Melo no Papódromo.
 Fonte: G1-AL, 2015.

Diante das manifestações populares e da intervenção de pesquisadores da Universidade, ocorreram outros movimentos sociais que refletiam a busca pela preservação e proteção não apenas de prédios, edificações, mas da memória, dos traços, dos afetos e das vivências das pessoas na cidade.

A proteção do patrimônio edificado em Maceió é disciplinada pela lei nº 4.545 de 14 de novembro de 1996, que institui normas gerais de proteção a edificações ou a conjuntos de edificações, cujas expressões arquitetônicas ou históricas constituam o patrimônio cultural edificado de Maceió, disciplina a preservação desses bens e dá outras providências. Esta lei está voltada principalmente para as ZEP, mas envolve também as UEP, protege o bem e seu entorno imediato visando diminuir as interferências paisagísticas da urbanização.

De acordo com a lei 4.545/96 são proibidas intervenções que alterem as características originais ou que provoquem o perecimento do bem. As intervenções feitas nestes imóveis protegidos deve manter o gabarito e o número de pavimentos, a escala e as características arquitetônicas do conjunto, a implantação do prédio no terreno, a forma e a inclinação da cobertura, os materiais de revestimento das paredes, cobertura e inclusive pintura, os vãos de circulação, ventilação, iluminação e isolamento voltados para o espaço externo, bem como os materiais de vedação dos mesmos.

A proteção dos exemplares deverá ser feita pelo poder público e pela comunidade por meio de vigilância e execução de obras de conservação, reparação e restauração. De acordo com o código de urbanismo de Maceió, de 2007, é vetada toda espécie de demolição dos imóveis sem autorização do órgão municipal competente, podendo, em caso de desobediência, o infrator pagar multa não inferior a 50% do valor venal do imóvel.

Há também os incentivos fiscais concedidos a esses exemplares de valor histórico como a isenção do IPTU pelo prazo de até 02 anos quando o proprietário realizar atividades de conservação, até 05 anos quando a ação preservadora tiver sido de reparação e até 10 anos quando a ação for de restauração, de acordo com a Lei 4.545/96.

Considerações: Os Processos Tentativos Que Evidenciam a Relação da População Com os Bens Protegidos Pelo Município

Como cita Meira (2004, p. 17), o cidadão é o “elemento básico sem o qual a preservação deixa de ter sentido”. Apenas a gestão de um patrimônio não é capaz de representar a coletividade. A decisão do que deve ou não ser preservado, do que irá ou não permanecer na cidade deve ser feita em conjunto entre os técnicos, a população e os proprietários dos imóveis.

Sabe-se que, os exemplares arrolados para serem as Unidades Especiais de Preservação foram escolhidos principalmente pelo corpo técnico, quando o ideal seria que a população tivesse sido integrada na discussão da preservação, para assim, poder construir uma identidade com o patrimônio cultural, tornar-se aliada dos gestores e vigiar os bens protegidos. Apesar dessa falha, destaca-se a iniciativa do município em proteger essas unidades, pois, não existindo esse instrumento de proteção, os espaços urbanos da cidade poderiam desaparecer e junto com eles os marcos da evolução urbana de Maceió.

Ressaltam-se também os desafios do setor de patrimônio municipal de Maceió que é formado por um corpo técnico pequeno, que teve pouco tempo para a escolha e a inclusão do instrumento das UEP no Plano Diretor. Motivos que contribuíram para a pouca participação da população nas escolhas do que deveria ou não ser preservado.

Atualmente está ocorrendo a revisão do Plano Diretor de Maceió. Cabe ao município incluir de forma mais intensa a população na discussão do patrimônio cultural para que essa possa colaborar na escolha das novas unidades que vão compor as UEP. Cabe

também nesta revisão, refletir sobre as unidades que já foram catalogadas para que sejam implementadas medidas concretas de preservação, conservação, reabilitação.

As cenas descritas nos revelam que o desenvolvimento que chegam às cidades muitas vezes não sintetiza o desejo de seus habitantes. Isso pode acontecer pelo valor simbólico que as paisagens urbanas representam para a população, mesmo aquelas que necessitam de urgentes medidas que impulsionem o tão sonhado progresso e o que ele pode trazer de benefícios sociais.

Sendo assim, as alterações nas feições da cidade assumem um sentido muito além do que derrubar paredes, uma vez que impulsiona ações que interferem no próprio contexto cultural e suas formas simbólicas. Desta forma, aproximamo-nos dos processos comunicacionais e da percepção de atores e seus deslocamentos nas diversas cenas que requerem suas ações em suas tentativas assim como as tentativas do próprio processo.

Braga (2011) nos aponta para a compreensão dos processos comunicacionais como mobilizadores de deslocamentos dos atores participantes da cena da ação e que, desta forma, evidenciam-se tentativas no processo de “induzir alguém a fazer alguma coisa” (LATOURE, 2012, p.92). Podemos dizer que os processos comunicacionais, evidentes nas relações da população com os “objetos” (edificações) da cidade é um fenômeno em ação e, como tal, requerem um olhar não só da Arquitetura, mas especialmente (em nosso caso) da Comunicação.

Porquanto é fundamental considerar as conexões marcadas pelo conjunto de atores que participam da cena interacional, observar os traços deixados pelos deslocamentos e aquilo cada ator elabora uns para os outros. Cabe ressaltar aqui que as edificações também provocaram deslocamentos nessa teia e que também elaboraram diferentes mundos. Nessa elaboração, os participantes no processo agem e podem levar outros à ação, o que não quer dizer que esse seja sempre o resultado alcançado, revelando, por vezes, aparentes desvios e ineficácias. A partir desse olhar passamos a “determinar o que age e de que maneira age” (LATOURE, 2012, p. 94).

É possível, então, perceber pela ação do empresário que decidiu por derrubar a “casa rosada” o desencadeamento de diversas outras ações que enxamearam as ruas tanto nesse caso quanto em outros que acabaram por ter um sentido de certa violência para uma população. O abraço à casa, a frustração popular, a ganância empresarial retratada nos argumentos dos atores compõem as cenas interacionais de que falamos. Assim, dizemos

que elas são constituídas por pontos que agem plenamente, mas nunca sozinhos. Moldam-se ao fluxo social que é contínuo e, por isso, torna-se difícil dizer qual seria o ponto de partida desse espaço circulacional.

Nas cenas descritas é possível desenhar não só ações, mas objetos e expressões significativas que vão moldando as formas simbólicas. Esse conjunto compõe a paisagem urbana, evidenciando contextos históricos e sociais, assim como o espaço de circulação comunicacional. Ressaltamos que este é delineado por ações e interações. E assim podemos compreender que esses elementos é que dão sentido às “coisas” sem o qual um prédio (edificação) seria apenas um arcabouço qualquer. O que vemos é a produção, por ações e interações, de formas simbólicas que compõem os processos de comunicação.

Referências das Fotografias

Disponível em: <<http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/maceio/2011/10/28/160267/em-passeata-alunos-se-despedem-do-colegio-batista-que-fechou-as-portas-apos-93-anos>> Acesso em outubro de 2015.

Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/447073/demolido-predio-do-colegio-batista-alagoano>> Acesso em outubro de 2015.

Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/semptur/noticias/confira-a-culinaria-tradicional-de-riacho-doce/>> Acesso em outubro de 2015.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/08/publico-lota-papodromo-em-show-do-padre-fabio-de-melo-em-maceio.html>> Acesso em outubro de 2015.

Referências

BRAGA, José Luiz. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. Revista Alceu. v.10 – n.20. 2010. p. 41-54.

_____. **Dispositivos Interacionais**. (apresentado no GT Epistemologia da Comunicação, 2011).

FAUSTO NETO, Antônio. **Como as Linguagens Afetam e são Afetadas na Circulação**. In: BRAGA, José Luiz et al (orgs.). 10 Perguntas para a Produção de Conhecimento em Comunicação. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2013. p. 43-64.

LATOURETTE, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

_____. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012; Bauru, São Paulo: EDUSC, 2012.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade:** políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultura de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, Armando. (org.).**Cidades imaginadas ibero-americanas.** São Paulo: MAC USP/SESC, 2010.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.